



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 23 de março de 2012

JORNAL DO COMMERCIO A construção de marcas no embalo da música OPINIÃO	1
JORNAL DO COMMERCIO Sustentabilidade ECONOMIA	2
JORNAL DO COMMERCIO IBGE ECONOMIA	3
JORNAL DO COMMERCIO Trabalhador ECONOMIA	4
JORNAL DO COMMERCIO Preços ECONOMIA	5
JORNAL DO COMMERCIO Varejo ECONOMIA	6
JORNAL DO COMMERCIO Economia ECONOMIA	7
A CRITICA O RECADO AMAZÔNICO OPINIÃO	8
A CRITICA Visões do verde ECONOMIA	9
A CRITICA Visões do verde (continuação) ECONOMIA	10
A CRITICA Concursos públicos e PSS ECONOMIA	11
A CRITICA DILMA PROMETE ECONOMIA	12
AMAZONAS EM TEMPO ICMS ECONOMIA	13

A construção de marcas no embalo da música

*Alexandre Casanova

A evolução natural do mundo fez com que os seres humanos aperfeiçoassem os relacionamentos entre si até que um dia surgiu o comércio. Aí veio o escambo, a troca de objetos, o dinheiro e, finalmente, a Revolução Industrial, que mudou a relação entre vendedores e compradores na sociedade. A palavra marketing surgiu e seu conceito passou a ser empregado na gestão em-

presarial. Hoje, o marketing diferencia as marcas e as fazem se comunicarem de forma efetiva com seu público.

Uma vertente do marketing praticada hoje no mundo todo, mas ainda pouco explorada no Brasil, é o music branding, uma estratégia que utiliza a música e sua influência sobre os seres humanos para a geração de negócios e construção de

marcas. Hoje, cada vez mais profissionais de marketing estão descobrindo que as marcas que criam uma conexão emocional com os consumidores são muito mais fortes do que aquelas que não o fazem.

O marketing se aproxima da música como meio de agregar valor às marcas. O uso da experiência sensorial tem crescido após estudos comprovarem que a utilização da música correta deixa o consumidor mais a vontade para comprar e mostra a ele que a identificação daquela marca é personificada de

acordo com o seu perfil. Ou seja, a natureza emocional da música agrega atributos sentimentais à marca como nenhuma outra ação de marketing.

Estudos dizem que os fatores que influenciam no processo de decisão de compra são: pessoais (idade, classe social, estilo de vida), individuais (fatores culturais, sociais, psicológicos) e ambientais (música, temperatura, cheiro, etc.), onde estes últimos estão ligados de alguma maneira à vontade de uma pessoa permanecer por mais tempo em determinado ambiente de

compras.

E para que um music branding tenha sucesso, a ponto de um cliente saber de olhos fechados em qual loja está, é preciso seguir uma linha bem definida de trabalho e ter alguns cuidados. As músicas escolhidas para uma programação musical devem ser especialmente selecionadas de acordo com

o perfil da marca e de seus clientes.

Fortalecer os atributos de uma marca, potencializar sua estratégia de experiência de compra e estimular o consumo emocional são os objetivos do music branding, e para que isso aconteça é necessário ter em mãos as músicas certas para quaisquer ocasiões.

* é diretor-presidente da ListenX, empresa líder no Brasil no mercado de music branding.

Sustentabilidade

Economia verde aguarda ações práticas

Fórum de sustentabilidade busca viés executivo nas ações ambientalmente corretas e produtivas no Amazonas

Juliana Geraldo

Faltam resultados concretos para a economia sustentável. O pedido foi feito pelo governador Omar Aziz (PSD) durante a abertura do Fórum Mundial de Sustentabilidade, na quinta-feira (22), no Tropical Hotel Manaus.

De acordo com o governador, é preciso propostas práticas que aliem preservação e sustentabilidade. "Nós esperamos que depois deste Fórum se tragam propostas para que a gente possa ajudar quem vive na floresta e depende dela pra sobreviver", disse o governador, que voltou a defender a necessidade de se criar compensação ambiental para quem preserva

A 3ª edição do evento vai discutir, durante três dias, alternativas e modelos sustentáveis para o planeta

as florestas.

O presidente da Afeam (Agência de Fomento do Estado do Amazonas), Pedro Falabella, disse esperar que o evento traga frutos, para além do discurso. "O principal elemento da sustentabilidade é o homem, e discussões como essas só são válidas se trouxerem soluções para esse elemento central, que



Governador Omar Aziz disse, na quinta-feira (22), na abertura do Fórum Mundial de Sustentabilidade que são necessárias propostas práticas que aliem preservação e sustentabilidade

é o homem, principalmente no interior", destacou.

O deputado estadual Luiz Castro (PPS), presente ao evento, destacou a importância de se discutir políticas ambientais, mas alertou para a falta de um caráter mais empresarial e com proposições menos morosas no evento. "Ainda falta essa atitude mais executiva, rodada de negócios, propostas e parcerias", pontuou.

Fragilidade

A fragilidade das políticas socioambientais e a necessidade da elaboração de medidas que garantam um sistema de gestão ambiental eficaz levaram 19 organizações ligadas ao movimento socioambiental no Amazonas a elaborar um documento com reivindicações, como a estagnação do quadro técnico da SDS (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Susten-

tável), mudanças no processo de regularização fundiária e a criação de novas unidades de conservação e o reconhecimento de terras indígenas. O documento foi distribuído durante a abertura do Fórum, na quinta-feira.

A 3ª edição do evento, organizado pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide), vai discutir, durante três dias, alternativas e modelos sustentáveis para o planeta.

Por dentro

CONFERÊNCIA RIO+20

Omar Aziz falou da necessidade dos Estados da região Norte terem voz na Conferência Rio+20, que acontece em junho no Brasil. "Por incrível que pareça, a Rio+20 vai acontecer daqui a alguns meses e até agora não perguntaram ao povo do Amazonas, ao povo do Pará, do Acre, de Rondônia, ao povo da Amazônia, o que esperam da Rio+20. É uma discussão que não pode ser de cima para baixo, tem que ser de baixo para cima".

IBGE

Indústria corta 19 mil vagas entre janeiro e fevereiro

A indústria voltou a cortar vagas no mês passado. Foram dispensados 19 mil trabalhadores na passagem de janeiro para fevereiro, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgada na quinta-feira (22) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O gerente da Coordenação de Trabalho e Rendimento do IBGE, Cimar Azeredo, defende que, estatisticamente, o resultado é considerado próximo da estabilidade: -0,5%. Mas, mesmo que a conta-gotas, o corte já chegou a 55 mil postos na comparação com fevereiro de 2011 (-1,5%).

"O indicador está mostrando estabilidade. Pode até haver tendência de queda na indústria, mas que não se confirma ainda em fevereiro", disse Azeredo. No Rio de Janeiro, o corte de vagas na indústria foi bastante considerável: uma queda de 8,6% no emprego industrial em relação a fevereiro do ano passado. "O parque industrial do Rio de Janeiro é pequeno, e a queda foi disseminada. Não tem explicação ainda. Não temos notícia de fechamento de fábrica ou de qualquer indústria", disse o gerente do IBGE.

No total do país, com exceção da indústria e da construção -que se manteve estável-, houve aumento no número de vagas em todas as outras atividades em fevereiro ante janeiro: comércio (27 mil postos), serviços prestados a empresas (4 mil), educação, saúde e administração pública (36 mil), serviços domésticos (41 mil) e outros serviços (9 mil).

Trabalhador

Rendimento atinge valor mais alto desde 2002

Poder de compra dos ocupados aumentou 1,2% em comparação com janeiro e 4,4% sobre fevereiro de 2011

O rendimento médio do trabalhador brasileiro atingiu em fevereiro R\$ 1.699,70, o valor mais alto desde março de 2002, quando teve início a série histórica da PME (Pesquisa Mensal de Emprego), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O levantamento, divulgado na quinta-feira (22) pelo órgão, revela que o poder de compra dos ocupados –ou seja, as pessoas que trabalham com carteira assinada ou informalmente– aumentou 1,2% em comparação com janeiro e 4,4% em relação a fevereiro de 2011.

De acordo com o gerente da Coordenação de Trabalho e Rendimento do IBGE, Cimar Azeredo, o resultado foi impulsionado pelo aumento do salário mínimo, que apresentou alta de 14% no início do ano, ao passar de R\$ 545 para R\$ 622. “Esse recorde foi causado principalmente pelo aumento do salário mínimo, que é o principal indexador de muitos grupamentos de atividades, de muitas classes de trabalhadores, e foi um dos maiores responsáveis pelo movimento”, explicou. Azeredo acrescentou que



Foto: Walter Mendes

Resultado foi impulsionado pelo aumento do salário mínimo, que apresentou alta de 14% no início do ano, ao passar de R\$ 545 para R\$ 622

a dispensa de trabalhadores temporários, o que geralmente ocorre no início do ano, pode ter contribuído também para elevar a média dos rendimentos. “Esses trabalhadores temporários, em geral, ganham menos. Com a saída deles (do mercado de trabalho), a média dos rendimentos tende a subir”, afirmou.

O gerente do IBGE disse, ainda, que os setores que sofreram os maiores impactos do aumento do salário mínimo foram a indústria e o comércio. O documento aponta que São

Paulo registrou em fevereiro de 2012 o maior rendimento médio (de R\$ 1.813), seguido pelo Rio de Janeiro (R\$ 1.805).

De acordo com o levantamento, cinco das seis regiões metropolitanas observadas pelo IBGE tiveram aumento no rendimento em fevereiro deste ano na comparação com fevereiro de 2011: Recife (6,7%), Salvador (18,6%), Belo Horizonte (7,0%), Rio de Janeiro (0,4%) e São Paulo (5,4%). Apenas Porto Alegre (-2,4%) apresentou diminuição.



Preços

IPCA-15 desacelera em fevereiro, aponta IBGE

A inflação medida pelo IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) desacelerou para 0,25% em março, ante 0,53%, em fevereiro. Este é o terceiro mês de perda do ritmo dos preços.

O IPCA-15 é a prévia da inflação oficial, o IPCA, e foi divulgado hoje pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Nos últimos 12 meses, o índice variou 5,61%, também abaixo dos 12 meses anteriores (5,98%). Em março de 2011, a taxa havia ficado em 0,60%.

No primeiro trimestre, mensurado pelo IPCA-E (IPCA-15 acumulado nos meses de janeiro, fevereiro e março) a inflação registrou alta de 1,44%, bem abaixo do resultado de igual período de 2011 (2,35%).

Grupos

Em março, foi verificada uma forte redução dos efeitos da alta sazonal do grupo educação - que concentra os reajustes de mensalidade e material escolar nos dois primeiros meses do ano. A retirada da pressão do grupo o levou a desacelerar fortemente para 0,51% em março, ante os 5,66% registrados em fevereiro.

Os preços dos alimentos também tiveram trajetória descendente, passando de 0,29%, em fevereiro, para 0,22%, em março. O item carnes apresentou queda de 1,57%.

Além das carnes, outros alimentos se mostraram em queda, com destaque para o tomate (de -3,82% para -16,33%), açúcar cristal (de -1,82% para -2,57%), açúcar refinado (de -2,72% para -2,35%) e queijo (de 0,57% para -0,85%). As altas neste grupo foram registradas na cebola (de 1,13% para 15,36%) e do feijão preto (de 9,76% para 7,68%), além das frutas (de 0,58% para 4,70%).

Os grupos artigos de residência (caíram de 0,22% para -0,31%) e comunicação (de 0,03% para -0,49%), ambos com resultados em queda, também contribuíram de forma significativa para a desaceleração do IPCA-15 do mês, assim como o grupo despesas pessoais (de 1,07% para 0,60%), que mostrou alta menor do que em fevereiro.

O grupo habitação (de 0,48% para 0,44%) desacelerou devido a taxa do aluguel residencial (de 1,20% para 0,45%) e do condomínio (de 0,68% para 0,48%).

Varejo

Setor quer IPI menor até dezembro e pede inclusão

O setor varejista quer que o governo prorrogue a redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para eletrodomésticos da linha branca entre seis e nove meses e reivindica que sejam incluídos no pacote móveis e material de construção.

O benefício fiscal está previsto para terminar no próximo dia 31 e é válido para geladeira, fogão, lavadora, tanquinho. O objetivo é que chegue a 31 de setembro, ou, na melhor hipótese, 31 de dezembro.

"Estamos prevendo uma desaceleração do varejo nos próximos meses. O governo deve tomar medidas adequadas para permitir a retomada da economia", afirma o presidente do IDV (Instituto para Desenvolvimento do Varejo), Fernando de Castro.

Segundo ele, estudos feitos pelo IDV apontam que as vendas globais do setor terão alta de 6,5% em março, último mês da redução, na comparação com o mesmo período de 2011. Em abril, cairá para 6,2% e, em maio, para 5,6%.

"O IPI menor já surtiu efeito, mas o prazo do benefício [de quatro meses] foi muito curto. A decisão de compra de um eletrodoméstico não é imediata, precisamos dar mais tempo para o consumidor", diz Castro.

As vendas de eletrodomésticos da linha branca que foram desonerados tiveram aumento

de 22,63%, em média, entre dezembro e fevereiro na comparação com o mesmo período no ano anterior. Se não houve o IPI menor, a estimativa é de que esse aumento ficaria entre 7% e 10%.

A expansão também impactou as vendas de eletroeletrônicos, como os itens da linha marrom (como móveis), que subiram 12,13%, em média, no mesmo intervalo.

Reunião

De acordo com o presidente do IDV, o pedido de prorrogação do IPI foi enviado ao Ministério da Fazenda há cerca de dois meses. Sem resposta, foi feita uma nova solicitação há dois dias. "Queremos fazer uma reunião para discutir o assunto com o [Guido] Mantega [ministro da Fazenda] na próxima semana. Estamos nos mobilizando para isso", diz.

Segundo ele, caso o IPI menor seja mantido, haverá um efeito positivo mensalmente de três pontos percentuais nas vendas do varejo. A pesquisa sobre o impacto do IPI menor foi realizada com 35 grandes redes varejistas do país, como Grupo Pão de Açúcar, Magazine Luiza e Tok&Stok.

Em 2011, o faturamento do varejo chegou a R\$ 776 bilhões, excluindo dados de veículos e peças automotivas. Para este ano, a projeção do IDV é ultrapassar a marca de R\$ 800 bilhões.

Economia

Dilma vai agir para defender indústria

Desoneração da folha de pagamento para setores da indústria é uma das medidas previstas no novo plano do governo para estimular economia

Presidente se reuniu, na quinta-feira (22), com empresários e ministros da área econômica para explicar novas medidas que serão encaminhadas

A presidente Dilma Rousseff avisou, na quinta-feira (22), durante reunião com um grupo de 28 grandes empresários do país que deve anunciar nas próximas semanas medidas para aumentar a competitividade da indústria brasileira.

De acordo com relato de empresários, Dilma disse que não vai proteger, mas defender o setor produtivo nacional.

Após ouvir as demandas e reivindicações do setor, Dilma encomendou ao ministro Guido Mantega (Fazenda) um plano de ações.

Segundo os empresários, a expectativa é que as medidas estejam prontas até o final da

próxima semana, quando ela retorna de viagem para Nova Déli, na Índia, onde participará, de reunião dos Brics (bloco que reúne os países emergentes -Brasil, Rússia, Índia, China e África

Um ponto da agenda empresarial é a reclamação de que o real valorizado leva a uma invasão de importados no país

do Sul). Entre as medidas estão a desoneração da folha de pagamento para setores da indústria. Um ponto da agenda empresarial é a reclamação de que o real valorizado leva a uma invasão

de importados no país.

"Ela determinou ao ministro que elabore medidas com foco de compensar o roubo de competitividade e pretende anunciar as medidas quando voltar da Índia", disse o presidente da Fiesp (Federação da Indústria de São Paulo) Paulo Skaf.

"Ela não vai proteger, mas vai defender", disse Luiza Helena Trajano, presidente do Magazine Luiza.

No encontro, que durou mais de três horas, Luiza apresentou um estudo mostrando um aumento de 25% na venda dos produtos eletrodomésticos da linha branca nos últimos qua-

tro meses após a isenção de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

A empresária disse que não pediu a prorrogação, mas que o governo ficou muito satisfeito com o resultado da medida. "Isso é muito importante porque é uma questão social."

Luiza disse ainda que a presidente reiterou o compromisso com a redução da taxa de juros. "Essa é a vontade dela para os próximos anos."

Os empresários disseram que a presidente estava bastante descontraída e "ouviu muito". Dilma não fez nenhuma referência à crise política que passa com a própria base aliada no Congresso.

O RECADO AMAZÔNICO

Os temas da sustentabilidade e da economia verde são atualíssimos, envolvem uma série de problemas, trocas de paradigmas, decisões governamentais complicadas e mudanças de posturas individuais. Se tudo isso, por um designio de Deus, acontecer um dia, o novo mundo transformará esse planeta na verdadeira Terra sem males dos mitos indígenas amazônicos. Isso, obviamente, é a utopia do século XXI.

Portanto, nesse cenário utópico, é sempre bom trazer a discussão destes temas para o seio de onde eles efetivamente nascem, a

Amazônia, para a região que concentra a maior biodiversidade do planeta, é a verdadeira pátria d'água e, no caso específico do nosso Estado, concentra a maior cobertura vegetal preservada do planeta. Não é pouca coisa o que representamos num eventual mundo novo.

O Amazonas então tem toda a legitimidade para enviar seus recados e buscar participar ativamente das soluções que hora são engendradas nos planos globais. Não podemos, como bem destacou o governador Omaz Aziz, ficar no reboque das discussões. Quem quiser tomar decisões precisa nos

ouvir, precisa nos entender, precisa nos consultar. O Amazonas não pode, sob o símbolo de um novo mundo, ficar condenado a ser um ente passivo. Nós temos o que apresentar, temos soluções criativas, temos, sobretudo, legitimidade para entrar nesse debate e ninguém pode vir aqui nos ensinar como se faz preservação. Sobre tudo aqueles que representam Estados, Países ou regiões devastadas pela insustentabilidade.

O governador, portanto, passa o recado amazônico quando lembra dos nossos caboclos ribeirinhos, que hora sofrem o flagelo de uma enchente que se avizinha

recorde. É o caboclo ribeirinho quem preserva a mata, os cursos d'água, mas é ele também quem mais sofre com o cenário de mudanças climáticas. Então porque ele não deve ser ouvido diretamente ou por seus representantes? Claro que pode e deve ser ouvido. Assim, dando voz e voto aos que têm a sustentabilidade a flor da pele queimada pelo sol amazônico, o Fórum Mundial de Sustentabilidade presta um serviço gigantesco a região. Presta um serviço ao País, pois traz para o debate o grande empresário, o artista, a autoridade. Que os debates então sejam proveitosos.

Visões do verde

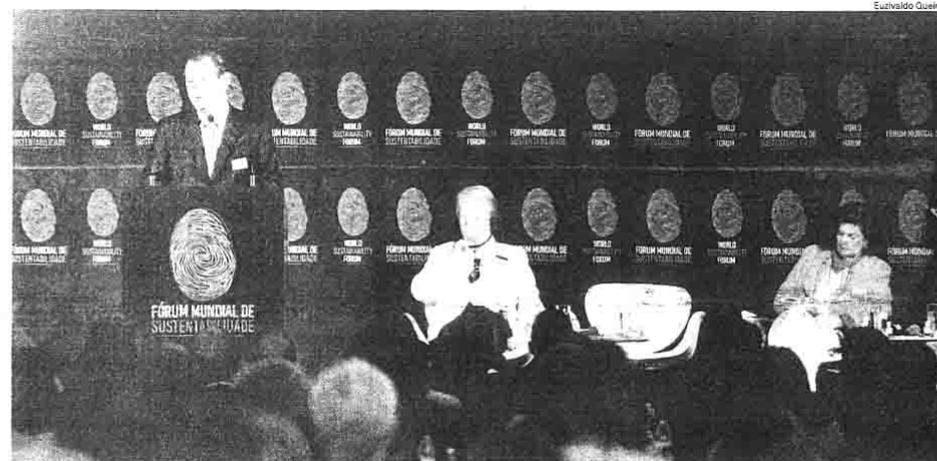
LEANDRO PRAZERES
leandro@acritica.com.br

Quem acompanhou o primeiro dia do 3º Fórum Mundial de Sustentabilidade assistiu a duas formas de enxergar o debate ambiental e um duro recado dado pelo governador Omar Aziz. Enquanto a ex-primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland discursou com equilíbrio sobre o tema, o secretário executivo da Rio+20, Brice Lalonde, usou da "paixão" para chamar a atenção do público que compareceu, ontem, ao evento realizado no Tropical Hotel.

Na abertura, Omar Aziz lembrou das dificuldades vividas pelos ribeirinhos com a enchente. Segundo ele, 30 mil famílias estão sofrendo com a cheia dos rios no Amazonas, mas na conferência que tratará do clima nenhum governador do Norte foi chamado para relatar as dificuldades enfrentadas aqui com as mudanças climáticas. "Não adianta discutir os problemas ambientais dentro de uma sala com ar condicionado, sem conhecer a real situação daqueles que sofrem com isso", disse.

O anfitrião citou ainda o debate sobre o novo Código Florestal: "Quando ouço falar do código penso que há dois tipos de brasileiros: um que quer desmatar e outro não. Não devemos pensar assim", criticou Omar.

Gro Harlem Brundtland, que foi ministra de Meio Ambiente da Noruega e três vezes primeira-ministra do País, foi quem comandou a comissão da Organização das Nações Unidas para o clima durante a conferência Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro em 1992. Ela destacou que desde a primeira vez que veio ao Brasil, em 1987,



Gro Harlem Brundtland e Bianca Jagger cuñem o discurso de abertura do 3º Fórum Mundial de Sustentabilidade feito pelo governador do Estado, Omar Aziz



Dissica Calderaro, com João Dória, faz a saudação inicial aos participantes



Braga defendeu pagamento por serviços ambientais e alfinetou os "paulistas"

muitas coisas mudaram no País no que se refere ao Meio Ambiente. Ela também analisou com otimismo as mudanças ocorridas ao redor do mundo.

"Quando viemos aqui, eu fiz questão de visitar Cubatão, uma cidade que era conhecida por ser muito poluída. Também fizemos questão de conhecer o então governador do Estado, que não era conhecido por suas posições em favor do meio am-

biente. Hoje vejo que as coisas mudaram", disse.

No âmbito global, Gro Harlem destacou melhorias em aspectos sociais e ambientais ao redor do mundo. "A vida de milhões de pessoas melhorou nos últimos 20 anos. Países como Burundi, Samoa, Ruanda conseguiram atingir a universalização da Educação. No campo ambiental, conseguimos reduzir a prevalência de metais pesados

em muitos produtos e hoje, alguns países têm água e ar de melhor qualidade", afirmou.

Gro Harlem ressaltou, porém, que 20 anos depois da Rio 92, o apetite global por combustíveis fósseis não diminuiu, e que em alguns casos, até aumentou. Ela destacou a necessidade de se criar mecanismos para deixar claro o custo ambiental dos processos produtivos. "Precisamos criar sinais de

valores para que saibamos o preço de nossas ações (na defesa do meio ambiente) ou da nossa não-ação", disse.

Uma das principais protagonistas da Rio 92, Gro Harlem disse que o tema energia deverá ser a principal discussão da Rio+20, conferência das ONU que vai discutir as mudanças climáticas no Rio de Janeiro em junho.

Colaborou Mariana Lima

Pagamento foi tema de painel

O pagamento por serviços ambientais deve ser colocado na agenda da Rio+20 de forma sistemática. Esse foi o consenso a que se chegou durante o painel que discutiu o tema na tarde de ontem. Para o pesquisador do Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento) Steve Bass, o Brasil "tem todas as cartas para jogar esse jogo".

O conceito de pagamento por serviço ambiental vem sendo discutido em todo o mundo e durante o painel de ontem, foi destacada a importância desse mecanismo para promover o desenvolvimento sustentável. Os debatedores do painel foram Steve Basse, o deputado federal Arnaldo Jardim (PPS) e o líder do Governo Federal no Senado, Eduardo Braga (PMDB).

Pagamento por serviço ambiental é o valor que empresas ou governos pagariam pelos serviços prestados pela natureza no equilíbrio do clima.

Eduardo Braga destacou que enquanto o Estado de São Paulo gasta R\$ 1 bilhão para fornecer água para a capital paulista as árvores da floresta amazônica fornecem, cada uma, 300 litros de água-todos os dias. Braga aproveitou e alfinetou os empresários de São Paulo criticando as tentativas de se retirar os incentivos fiscais do Polo Industrial de Manaus.

Visões do verde (continuação)

Lei brasileira criticada

Francês quer leis mais firmes para conter o desmatamento na Amazônia

ELAIZE FARIA
elaize@acritica.com.br

O coordenador da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, o francês Brice Lalonde, alertou para a ausência de "lei mais firme" para impedir o desmatamento na Amazônia. Segundo Lalonde, sem uma

lei mais rigorosa não será possível reduzir o desflorestamento da região. Lalonde recorreu a uma fala antológica do ex-presidente dos Estados Unidos John Kennedy quando este se depa-rou com questionado sobre a proteção de seu país. "Ele disse 'não pensem o que os Estados Unidos podem fazer por vocês, mas o que vocês podem fazer pelos Estados Unidos'". Ao citar

Kennedy, Lalonde sugeriu que são as próprias populações locais que podem fazer algo e proteger a região. "A Amazônia é uma lenda. Todos querem ajudar", comentou. Durante a apresentação, ele fez uma intervenção de caráter mais abrangente e global na qual pontuou os temas que estarão na agenda principal da Rio+20: economia verde, erradi-

cação da pobreza, energia sustentável, eficiência energética, tudo conjugado à proposta do desenvolvimento sustentável. "Esperamos decidir o que vai acontecer em 20 anos. É importante que os países cheguem a um acordo. Precisamos de uma economia nova. Todos os países querem algo novo mas precisamos criar uma agenda. Os governos também precisam aprender a dialogar com os negócios", salientou. Questionado se é possível praticar desenvolvimento sustentável em um país onde se registra alto índice de corrupção, Brice Lalonde foi enfático: "Isso é impossível". A Rio+20 acontece ente os dias



Lalonde dirigirá a conferência Rio+20

20 e 22 de junho no Rio de Janeiro, por iniciativa da ONU. Uma semana antes acontece uma reunião do comitê preparatório, entre os dias 13 e 15. Além dos debates oficiais acontecem vários eventos paralelos.

Os temas chaves do debate são transição para uma economia verde e instrumentos de governança para desenvolvimento sustentável. Temas como biodiversidade e mudanças climáticas serão incluídos como assuntos transversais. Inquirido sobre estas ausências, sobretudo sobre mudanças climáticas, Lalonde disse que isto foi uma decisão da ONU.

Concursos públicos e PSS

Ontem, durante a posse do novo defensor geral do Estado do Amazonas, José Ricardo Trindade, o governador Omar Aziz afirmou que a prioridade da nova direção da Defensoria Geral do Estado será a realização de um novo concurso público para a contratação de 60 defensores.

Quem também abriu concurso para contratar 157 pessoas foi o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC), conforme edital de nº 4 da Escola de Administração Fazendária (Esaf), publicado ontem no Diário Oficial da União (DOU).

Ainda no campo da empregabilidade, a Petrobras abriu processo seletivo para contratar em todo o País 1.521 vagas voltadas para candidatos de nível médio e superior, sendo que 25 delas serão oferecidas para pessoas portadoras de deficiência.

DETALHES

Na avaliação do governador Omar Aziz, o processo de ampliação do número de defensores, determinado por ele, está atrasado em oito meses. O último concurso público foi anulado em agosto do ano passado por determinação do próprio governador, após suspeita de fraude, o que levou inclusive ao pedido de exoneração do então de-

Primeiro ato

O novo defensor geral, Ricardo Trindade, disse que o primeiro ato dele será a deflagração do processo para início do novo concurso, uma vez que a maior necessidade da Defensoria é aumentar o número de defensores, hoje bastante limitado.

fensor geral, Tibiricá Holanda.

“Nós poderíamos ter avançado mais na Defensoria caso não tivesse havido todos estes percalços. Espero que a gora a gente consiga implementar o concurso e fazer com que a gente possa ajudar as pessoas que precisam ter um defensor ao seu lado, principalmente os mais humildes”, afirmou o governador Aziz.

O salário de um defensor público em início de carreira no Amazonas é de R\$ 11 mil, podendo chegar a R\$ 16 mil com as gratificações.

MDIC

O Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC), por sua vez, está oferecendo R\$ 12.960,77 para os candidatos que vierem a ser aprovados em seu concurso pa-



157	1.521
Analistas	Seleção
Essa é disposição do Governo do Estado, que ontem confirmou a realização de um novo concurso público provavelmente até outubro deste ano.	Em todo o País, para candidatos de nível Médio e Superior, essa é a quantidade de vagas que serão abertas pelo Petrobras a partir do dia 27. As inscrições serão no site da Fundação Cesgranrio.

ra o cargo de Analista de Comércio Exterior são voltadas para as atividades de gestão governamental, relativas à formulação, implementação, controle e avaliação de políticas de comércio exterior.

Esse é o maior concurso já feito para preenchimento de vagas da carreira e estava previsto no Plano Brasil Maior. A ampliação no quadro de servidores do MDIC atende a uma necessidade de reforço nas atividades de comércio exterior, em especial as relacionadas às investigações de defesa comercial.

Em relação ao processo seletivo da Petrobras, que abriu vagas para o Amazonas, o salário varia de 1.994,30 e R\$ 6.883,05 e para concorrer a uma das vagas, basta que o interessado efetue seu cadastro a partir do dia 27 até 11 de abril na página da Fundação Cesgranrio (www.cesgranrio.org.br), sendo necessário o pagamento de taxa no valor de R\$ 35 para os cargos de nível médio e de R\$ 50 para os cargos de nível superior.

Entre os requisitos para ocupar os cargos de nível Médio estão a idade mínima de 18 ou 21 anos (caso, por exemplo, do cargo de Inspetor de Segurança Júnior) e a comprovação da escolaridade e da experiência, quando esta for requerida.

Manaus, sexta-feira, 23 de março de 2012.

DILMA PROMETE

Setor industrial terá medidas reativadoras

ABR O aumento dos investimentos em infraestrutura e a redução de impostos para alguns setores são medidas que a presidente Dilma Rousseff deverá anunciar nos próximos dias para reativar a indústria. A informação é do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, após encontro de 28 líderes empresariais, entre eles Anto-

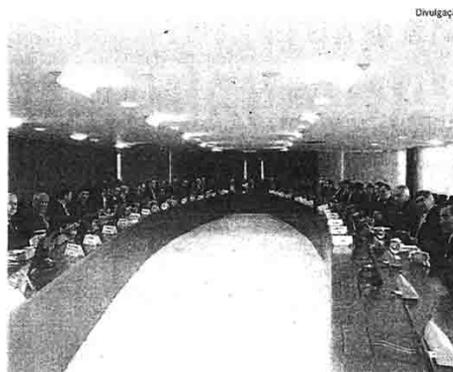
nio Silva (Fieam) com a presidente da República no Palácio do Planalto, ontem.

Andrade revelou que Dilma pediu aos empresários elevação nos investimentos, e garantiu que o governo continuará buscando equilíbrio entre a taxa de juros e o câmbio. "Tais medidas darão maiores condições às empresas brasileiras para competir com os produtos importados. O câmbio é

hoje um obstáculo à competição das empresas brasileiras", declarou empresário Robson Andrade.

CUSTO ELEVADO

O presidente da CNI destacou ter sido amplamente discutido o custo elevado para se produzir no país, o chamado Custo Brasil. "Perdemos competitividade por diversos fatores, desde a guerra fiscal entre os estados no incen-



Presidente Dilma Rousseff prometeu ajuda e cobrou mais investimentos

Divulgação

tivo às importações, até a elevada carga tributária, os altos encargos trabalhistas e as deficiências no sistema de transporte e logística", afirmou.

Além da presidente Dilma Rousseff, participaram da reunião com os industriais os ministros da Fazenda, Guido Mantega, do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, e da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho.

CAFÉ

A Fieam e o CIEAM promovem hoje um encontro com o deputado federal Pauderney Avelino para debater assuntos prioritários ao Estado do Amazonas, em especial a Zona Franca.

ICMS

Dilma se reúne com empresários

A reunião entre a presidente Dilma Rousseff e 28 grandes empresários do país para discutir, entre outros temas, medidas para proteção da indústria nacional diante da valorização do real também serviu para que o empresariado manifestasse apoio político ao governo, que passa por dificuldades na relação com o Congresso Nacional.

Segundo o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, Dilma não tocou na crise política durante a reunião, mas o assunto foi lembrado pelos empresários. "Ela não fez (menção à crise), mas nós fizemos. Em todos os projetos de interesse

do Brasil, nós estaremos a postos, como estamos nessa questão da Resolução 72", disse, referindo-se à medida em análise no Senado para uniformizar a alíquota interestadual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre produtos importados.

O setor produtivo, liderado pela Fiesp, argumenta que a Resolução 72 pode pôr fim à chamada "guerra dos portos", em que os Estados oferecem benefícios tributários à entrada de importados, o que acaba reduzindo a competitividade do produto nacional. "O sistema hoje cria um privilégio competitivo para os produtos importados, porque

pagam menos imposto que os produtos do Brasil. Não tem cabimento que um produto importado tenha uma estrutura tributária privilegiada em relação ao produto nacional", avaliou o presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter.

Segundo Skaf, o empresariado ofereceu apoio para aprovação da medida no Senado e a presidente aceitou a oferta. "Ela falou que é importante, em qualquer tema de interesse do país, que haja um envolvimento do empresariado. Isso, de certa forma, já há. A Fiesp, por exemplo, está toda hora no Congresso, mas

isso pode ser intensificado".

Os ministros da Fazenda, Guido Mantega, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, também participaram da reunião. Em entrevista coletiva após o encontro, Mantega defendeu a aprovação da Resolução 72. "No momento em que está faltando mercado consumidor no exterior e o Brasil tem mercado, aprovar essa resolução é fundamental. Precisamos aprovar rapidamente. Do que jeito que está (a resolução), ela está prejudicial ao país", disse.